

III - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

1 - Enquadramento Macroeconómico

▪ Envolvente Externa

A economia portuguesa manteve um perfil de recuperação em 2007, apoiado numa evolução mais favorável do investimento empresarial e num crescimento das exportações de bens e serviços.

Do lado da oferta, esta evolução terá traduzido um maior contributo da produtividade total de factores, explicado não só pela maior utilização da capacidade produtiva disponível, como também por alguma reestruturação do tecido empresarial no sentido de uma criação líquida de empresas mais produtivas.

Ainda que o Produto Interno Bruto tenha apresentado uma ligeira aceleração do um crescimento, de 1,3% em 2006 para 1,9% em 2007 e a Formação Bruta de Capital Fixo registado um crescimento de 2,6%, após sucessivos decréscimos registados nos últimos anos, tais crescimentos não permitiram uma retoma do emprego, cuja taxa de desemprego acabou por se situar nos 7,8%, o que aliado a uma taxa de inflação de 2,1%, manteve uma fraca dinâmica de procura interna.

Esta envolvente permitiu, contudo, aos agentes económicos, públicos ou privados, gerar efeitos induzidos na actividade económica evidenciados pela ligeira retoma do investimento, depois de vários anos de contracção.

Ao longo de 2007 e, sobretudo, no segundo semestre, foram sendo detectados alguns sinais de recuperação dos ritmos de actividade do Sector da Construção Civil, em particular nos segmentos da engenharia civil e no não residencial, segmentos onde as intenções de investimento foram gradualmente aumentando. Esta recuperação de actividade não teve, porém, reflexos nas receitas municipais, sobretudo nas mais correlacionadas com a actividade empresarial daquele sector.

▪ Envolvente Interna

A estabilidade da actividade municipal e a manutenção de uma política de rigor orçamental, associada a uma contenção de gastos correntes, contribuíram para manter uma saudável situação financeira e compensar a dinâmica negativa da economia nacional, tendo permitido algum efeito de alavanca na actividade do Concelho, através da continuação da construção e do lançamento de novas obras, nomeadamente um conjunto de escolas, equipamentos desportivos, culturais e de apoio social.

Esta envolvente interna de organização, em paralelo com a solidez financeira que se tem vindo a manter nestes dois anos de exercício do mandato, tem permitido fazer face ao cenário macroeconómico pessimista, continuando o Município de Almada a constituir-se como um dos principais empregadores estáveis do Município e contribuindo, através de uma política de pagamentos atempada a fornecedores e empreiteiros, para um maior dinamismo da actividade local.

2 - Análise Orçamental Global

No 2007 a evolução dos grandes agregados da Autarquia está patente no quadro abaixo:

Unidade Monetária: mil euros

Principais indicadores económicos	2007	2006
Total de Recebimentos	80.868	74.941
Total de Pagamentos	77.299	73.757
Saldo do Exercício	3.569	1.084
Saldo de Gerência (valores acumulados)	42.058	38.489
Saldo de Correntes	15.511	11.982
Compromissos Transitados	4.945	4.800
Compromissos Assumidos para Anos Futuros	11.187	7.016
Autonomia Financeira: $[1-(FEF/Total\ da\ Receita)]$	81%	80%
Indicador de Desenvolvimento do Município (Investimento + Transferências para Freguesias/Total da Despesa)	24%	25%
Indicador do Desenvolvimento do Município <i>per capita</i> : (Despesas de Investimento + Transferências de Capital/População Residente) [em euros]	117	114

Constata-se uma evolução constante dos saldos de Gerência, que cobrem na íntegra os Compromissos Transitados e os Encargos Assumidos para 2008.

Não obstante as alterações que têm sido efectuadas na classificação de várias despesas, designadamente no que respeitam às obras por administração directa, que transitaram do Plano Plurianual de Investimentos para Correntes, por questões de rigor técnico e contabilístico, ainda assim o equilíbrio orçamental (saldo de correntes) se encontra garantido, libertando sempre valores para cobertura de Investimento.

Consequentemente o índice de autonomia financeira continuou a situar-se na casa dos 80%.

No global do Município (consolidado Câmara Municipal de Almada e Serviços Municipalizados), em 2007 geraram-se 113.089 mil Euros de Receitas e 103.140 mil Euros de pagamentos, libertando-se assim um fluxo de caixa do exercício de 9.949 mil Euros.

2.1 - Receitas

A percentagem de realização da Receita atingiu, este ano, os 99,3%, relativamente ao valor orçamentado, o que em valores absolutos representou uma arrecadação de 87 milhões de euros.

▪ **Receitas Correntes**

A percentagem de realização da Receita Corrente foi neste ano de 2007, de 105,8%, o que denota uma cada vez maior eficiência em termos de planeamento orçamental. Em valores absolutos isto significou uma arrecadação superior a 71 milhões de Euros.

Para estes valores contribuíram essencialmente os Impostos Directos, representando 56,3% do total das Receitas Correntes.

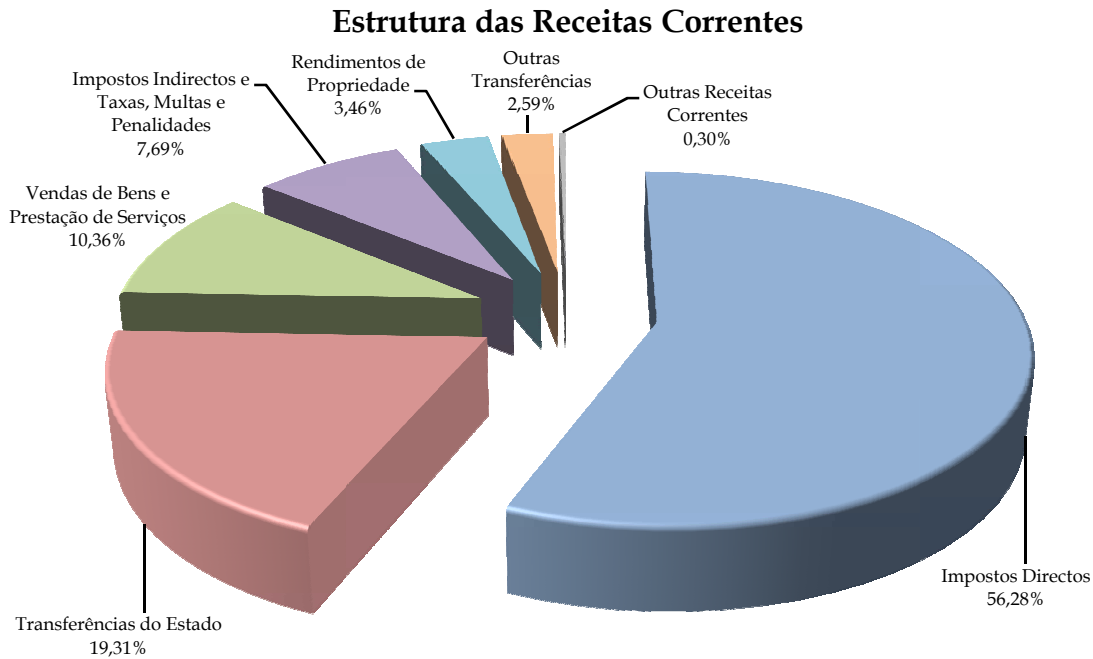
Assim, podemos pois dizer que a estrutura das Receitas Correntes não só se manteve como se acentuou, com uma tendência crescente para os Impostos Directos aumentarem de importância, compensando as quebras nos Impostos Indirectos e Taxas.

Unidade Monetária: euros

Evolução da Receita Corrente	2007	2006
Impostos Directos	39.977.909,82	34.358.574,79
Impostos Indirectos+Taxas+Outras Receitas Correntes	5.677.868,53	9.291.536,46
Rendimentos de Propriedades	2.460.096,95	1.500.269,24
Transferências do Estado (a)	13.719.515,00	9.562.006,00
Transferências - Outras	1.837.338,33	1.807.945,95
Venda de Bens e Prestação de Serviços	7.359.164,92	7.729.598,12
Total das Receitas Correntes	71.031.893,55	64.249.930,56

(a) - De acordo com a nova Lei das Finanças Locais, em 2007 parte das transferências do OE, anteriormente registadas em "Transferências de Capital", passaram a ter registo em "Transferências Correntes", daí o valor de 2007 assumir mais € 4 milhões, não correspondendo de facto a um crescimento real.

Na estrutura das Receitas Correntes do exercício económico de 2007, acentua-se cada vez mais o diferencial entre as Receitas cobradas directamente pelo Município, e as Receitas com origem nas transferências do Orçamento do Estado, que actualmente representam 19,3% da Receita Corrente.



O peso do IMI/CA (Imposto Municipal sobre Imóveis/Contribuição Autárquica) no total dos Impostos Directos, decresceu, passando de 51% em 2006 para 49% em 2007, registando-se, por outro lado, um crescimento significativo do conjunto IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões) e Sisa, com uma taxa de crescimento de 22% relativamente a 2006.

Unidade Monetária: Euros

Evolução dos Impostos Directos	2007	2006
Derrama	2.933.496,20	2.534.139,60
Imposto s/ Veículos	2.333.354,12	2.231.320,40
IMI/Contribuição Autárquica	19.770.575,37	17.556.644,03
IMT/Sisa	14.590.726,58	11.957.088,07
Contribuição Especial	349.757,55	79.382,69
Compensação de Impostos		
Total	39.977.909,82	34.358.574,79

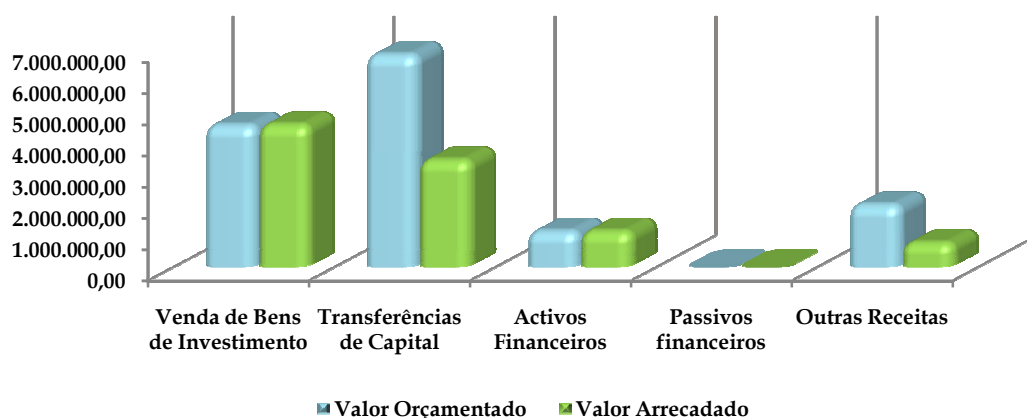
▪ **Receitas de Capital**

A percentagem de execução das Receitas de Capital em 2007 foi de 68,2%.

Na realização da Receita de Capital, é de registar o comportamento das seguintes rubricas:

- Venda de Bens de investimento – tendo sido arrecadada a última tranche relativa ao Almada Parque no valor de € 4.500.000,00;
- Transferências de Capital - cujo valor não arrecadado, corresponde à não execução de participações, pelos Ministério da Educação (Pavilhões das escolas), Ministério da Cultura (Teatro Municipal) e Ministério do Ambiente, no âmbito de Protocolos e Acordos celebrados e que totalizam uma dívida acumulada, para com o município, de 3,2 milhões de euros.

Receita de Capital
(Desvios face ao valor orçamentado)
2007



2.2 - Despesas

A percentagem de realização do Orçamento Global da Despesa no exercício de 2007 atingiu, os 88,5%, o que representou um nível de pagamentos de aproximadamente 77 milhões de euros.

▪ Despesas Correntes

O grau de execução orçamental das Despesas Correntes foi de 94%, cifrando-se o volume de pagamentos de gastos correntes em 55,5 milhões de euros.

Unidade Monetária: Euros

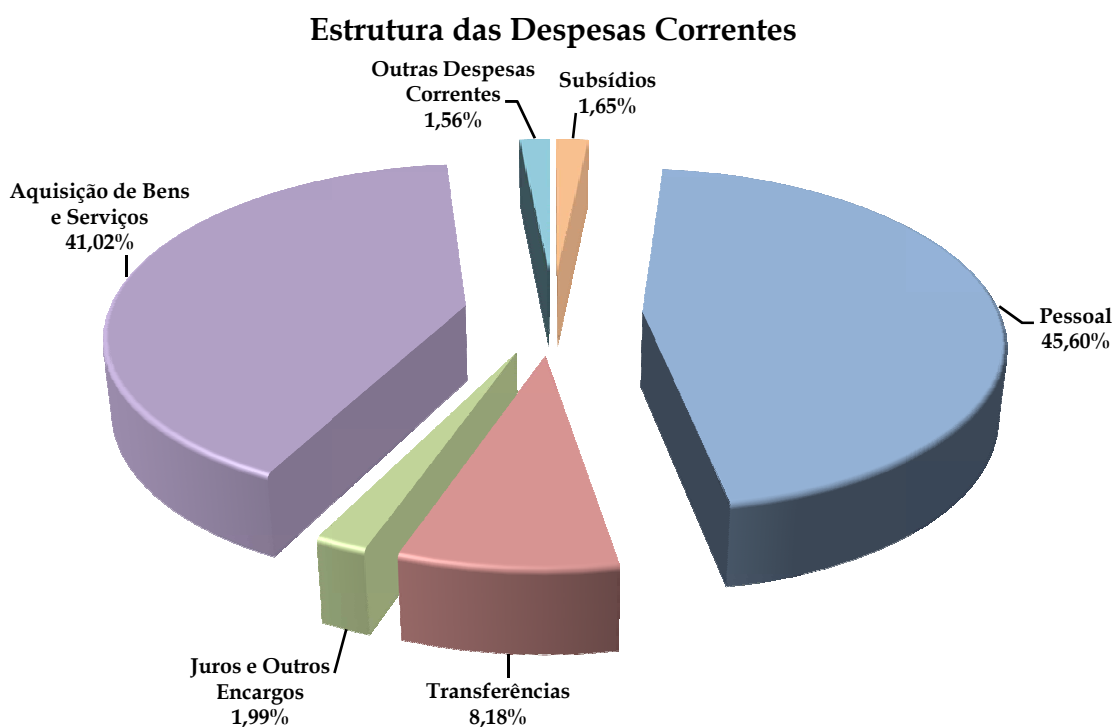
Evolução da despesa Corrente	2007	2006
Pessoal	26.476.114,97	26.064.545,68
Aquisição de Bens/Serviços	21.687.085,15	19.935.053,25
Transferências	4.750.128,21	4.561.330,11
Subsídios	598.738,22	523.859,87
Juros e outros Encargos	1.125.434,86	870.754,41
Outras Despesas Correntes	882.968,14	312.835,84
Total	55.520.469,55	52.268.379,16

Em termos de compromissos assumidos a realização orçamental atingiu os 95,5%, tendo transitado compromissos por facturar no total de 739 mil Euros.

Relativamente ao ano anterior registou-se um acréscimo nas despesas correntes de 6,1% que, a preços constantes representa um crescimento real de 4,0%.

Os gastos com Pessoal, apresentou, a preços constantes, uma estabilização relativamente a 2006 o que resulta dos vários congelamentos aplicados na Função Pública.

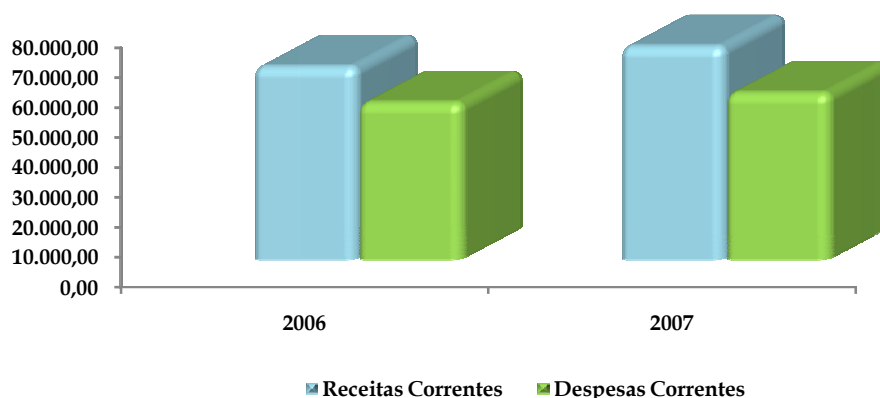
A estrutura das Despesa Correntes em 2007, manteve-se, com os Gastos com Pessoal a representarem o maior peso no total dos Gastos Correntes (cerca de 48%), logo seguidos das Aquisições de Bens e Serviços.



Significativo foi o acréscimo registado ao nível dos Encargos Financeiros, que resulta do aumento da taxa de juro cuja indexante *Euribor* de Janeiro a Dezembro deste ano aumentou 0,9 pontos percentuais.

O grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi de 128%, tendo-se libertado 15,5 milhões de euros para cobertura de investimento.

Grau de Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes

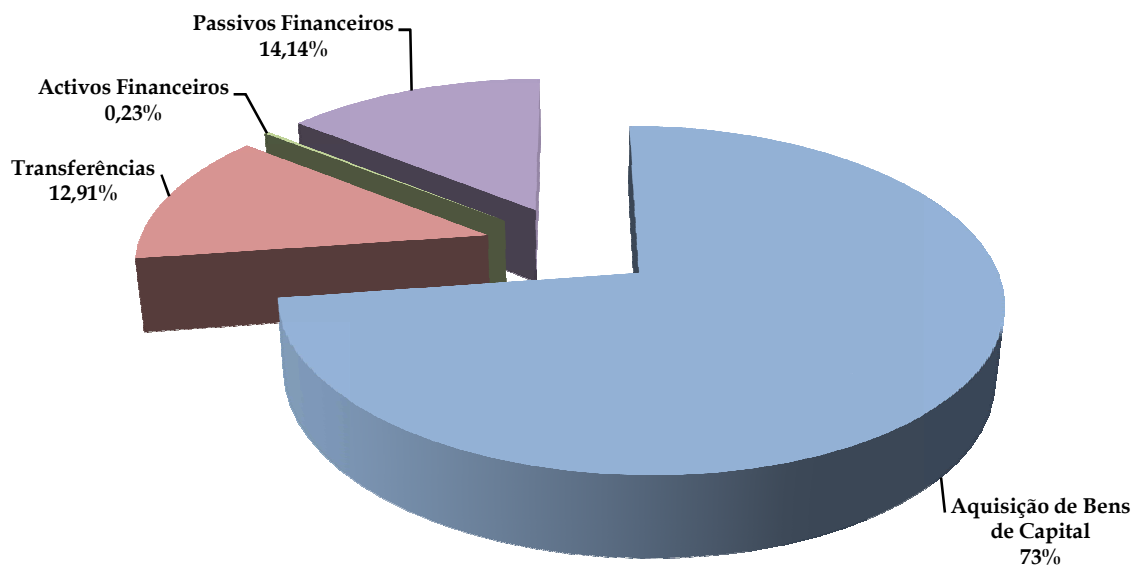


▪ Despesas de Capital

O grau de execução orçamental foi de 76,6%, tendo-se efectuado um volume de pagamentos de 21,8 milhões de euros.

De referir que em termos de compromissos assumidos a realização orçamental se situou nos 87,7%, o que representou 25 milhões de Euros de compromissos, dos quais 3.161 mil Euros transitaram sem facturação.

Estrutura das Despesas de Capital 2007



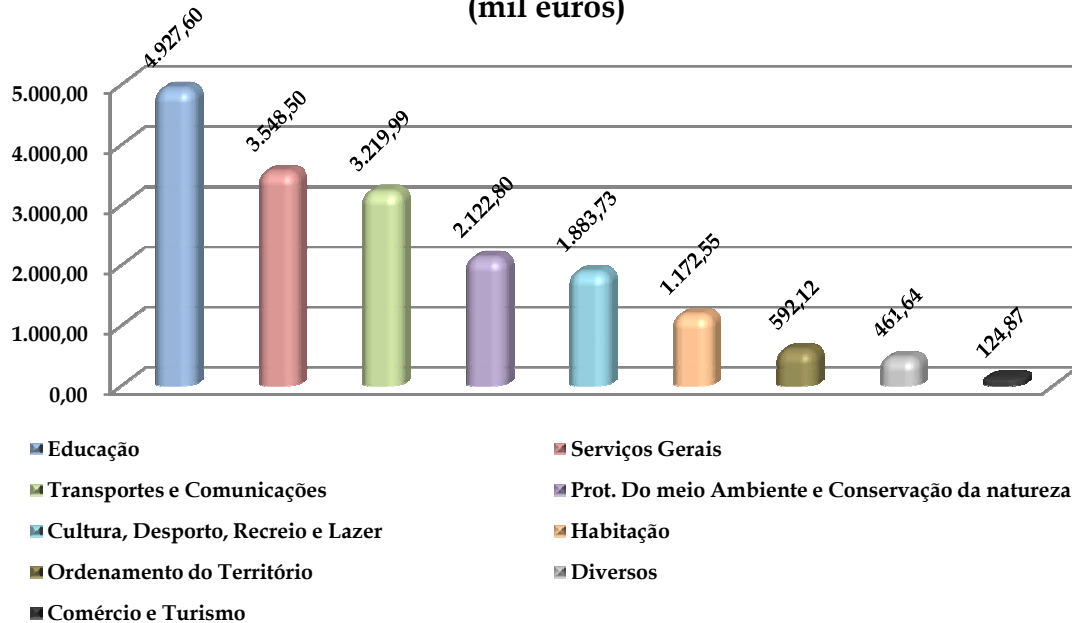
O Investimento directo continua a ocupar o maior peso nas despesas de capital (cerca de 73%), e atingiu os 15 milhões de euros, sendo o restante investimento indirecto por transferência para as Freguesias e participações financeiras.

A análise funcional do Investimento realizado pelo município revela, contudo, uma distribuição essencialmente direccionada para os seguintes objectivos:

- Educação;
- Serviços Gerais;
- Transportes e Comunicações,

nos quais se concentra 57% do Investimento municipal.

Distribuição do Investimento por Objectivos 2007 (mil euros)



3 - Financiamento e Endividamento

A análise à estrutura do financiamento da actividade municipal, cruzada com a avaliação do endividamento municipal, revela um grau de autonomia financeira do município bastante acentuada, a qual é evidenciada no seguinte conjunto de rácios:

Financiamento/ endividamento	2007	2006
Encargos financeiros/Despesas correntes	2,0%	1,7%
Passivos Financeiros/Despesas de capital	14,1%	14,6%
Serviço da dívida/Receitas totais	4,7%	5,3%
Fundos OE (correntes e capital)/Despesas totais	20,8%	21,6%
Fundos OE (capital)/Investimentos (*)	15,0%	39,8%
Fundos OE (correntes e capital)/Receitas totais	18,5%	21,3%
Autonomia Financeira: [1- (FGM/Total da Receita)]	81,5%	80,1%

(*) Decorre de parte significativa da receita de capital do Orçamento de Estado ter passado a correntes.

Em 2007, a nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º2/2007, estabeleceu o conceito de endividamento líquido total, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do SEC 95 (Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais), introduzindo dois limites de endividamento a serem cumpridos. Estes limites, reportados ao montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, traduzem-se no seguinte:

- O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante daquelas receitas.
- O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazo (MLP) não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante do conjunto das mesmas receitas.

A capacidade de endividamento utilizada pelo Município no final do ano de 2007, tendo como referência o conjunto de receitas do ano anterior, e de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 37º da Lei 2/2007, situou-se nos 64,9%, o que significa que a Autarquia possuía àquela data uma capacidade de endividamento disponível de 60,1%.

O Município apresenta um montante de capital em dívida de € 37.948.027,83, sendo € 36.167.498,42 de Contratos de Empréstimo e € 1.780.529,41 de Contratos de Locação Financeira, sendo que o montante da dívida referente a empréstimos a médio e longo prazos corresponde a 57,5% do conjunto de receitas do ano anterior, de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais.

Relativamente ao endividamento bancário, em 2007, importa mencionar o facto de o Município não ter recorrido ao crédito bancário, tendo toda a actividade sido financiada por recursos próprios, através do saldo de correntes e de parte do saldo acumulado.

Vários empréstimos foram amortizados na totalidade, deixando assim de produzir efeitos financeiros e não afectando o endividamento dos próximos anos.

O serviço da dívida corresponde apenas a 4,7% das receitas totais, representando os encargos financeiros 2% das despesas correntes e as amortizações de capital (passivos financeiros) representam 14% das despesas de capital.

4 - Análise Financeira e Patrimonial

A análise do balanço permite mencionar que o Activo, que representa a aplicação dos recursos e dos resultados alcançados, obteve um crescimento de 10,82% face ao ano anterior.

A rubrica disponibilidades corresponde a 12,7% do total do Activo e corresponde também a 73% do total do Passivo, evidenciando liquidez para fazer face aos compromissos assumidos.

O Passivo do Município decresceu cerca de 5,6% face ao ano anterior. A rubrica empréstimos MLP registou um decréscimo de 7,85%, o leasing 19,65% e as dívidas a terceiros de curto prazo 11,17%.

A situação financeira encontra-se equilibrada, pois verifica-se que os capitais próprios são maiores que os alheios e 88% dos capitais alheios são de Médio e Longo Prazo.

A leitura dos rácios abaixo apresentados reforça a situação e evolução saudável do Município.

	2007
Activo Fixo/Activo	89,36%
Autonomia financeira [<i>Fundos Próprios/Activo</i>]	80,66%
Liquidez Geral [<i>Activo Circulante/Dívidas de curto Prazo</i>]	13,56
Autonomia financeira [<i>Capital próprio/Passivo médio/longo Prazo</i>]	640,82%
Solvabilidade [<i>Capital Próprio/Passivo Total</i>]	417,04%
Garantia [<i>Activo/Passivo</i>]	517,04%
Rácio de endividamento [<i>Passivo/Activo</i>]	19,34%

A Demonstração de Resultados mostra que os proveitos operacionais superam em cerca de 10 milhões de Euros os custos operacionais, o que significa que através do desenvolvimento da sua actividade o Município salda os custos de exploração e gera um excedente para cobrir os restantes custos, nomeadamente financeiros e extraordinários.

Dos 72 milhões de Euros dos proveitos operacionais, 66% representam a rubrica imposta e taxas, mostrando que a receita própria gerada é muito superior às Transferências do Orçamento de Estado, que se situam nos 22%.

Representativos dos custos operacionais são as rubricas custos com pessoal e fornecimentos de bens e serviços externos, com 41% e 37%, respectivamente, de um total de € 62.273.971,76 de custos operacionais.

Os custos com o pessoal representam 37% dos custos totais, correspondendo a € 25.423.692,48.

Os rácios abaixo apresentados evidenciam o crescimento de algumas rubricas, nomeadamente os Proveitos Totais, Custos Totais, Fornecimentos e Serviços Externos e Custos Financeiros e o decréscimo das transferências recebidas e vendas e prestações de serviços face ao ano anterior.

	2007	2006
Proveitos totais do ano	83.428.016,00	74.991.725,75
Vendas e Prestação de Serviços do ano	4.165.690,49	4.522.491,59
Transferências recebidos do ano	18.417.039,36	18.643.181,07
Proveitos Totais	83.428.016,00	74.991.725,75
Custos Totais	67.957.233,39	64.130.252,02
Fornecimentos e Serviços Externos do ano	22.876.263,24	21.791.471,97
Custos com Pessoal	25.423.692,48	25.069.236,69
Custos Financeiros do ano	1.108.343,92	860.674,64

5 - Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o preconizado no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e tendo-se apurado um resultado líquido de € 15.470.783,55, propõe-se que a sua aplicação seja efectuada da seguinte forma:

- Em reservas legais: € 773.539,18, correspondente a 5% do resultado líquido.
- Em reforço do Património (conta 51.2): € 14.697.244,37.

Após o encerramento do exercício a 31 de Dezembro de 2007, a situação económica e financeira do Município não apresenta, até à data, qualquer dado relevante na sua evolução que possa afectar a consolidação dos resultados do presente exercício.